

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2022.

**Nome do manifestante: Empresa INTERFINANCIAL CONSULTORIA
FINANCEIRA LTDA. (representante: Sr. Pablo Santoro)**

Ementa: SOLICITAÇÃO DE ACESSO À
INFORMAÇÃO ACERCA DE 23 APÓLICES AO
PORTADOR EMITIDAS PELO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, ENTÃO CAPITAL FEDERATIVA DO
BRASIL, EM RAZÃO DE OBRAS DE
MELHORAMENTO, REFERENTES A EMPRÉSTIMO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 1229/1951.

Prezado Sr. Pablo Santoro

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

INTERFINANCIAL CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.486.799/0001-94, Inscrição Estadual nº 12.503.970, neste ato representado por seu sócio **PABLO SANTORO**, brasileiro, casado, consultor financeiro, portador da cédula de identidade nº 10.666.758-7 – IFP/RJ e CPF nº 051.453.127-41, com sede na Avenida Pastor Martins Luther King Júnior, nº 126, Torre 1.000, sala 1.207, Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.760-005, , com fundamento no Direito Constitucional de Acesso à Informação, previsto no artigo 5º, inc. XIV, da Constituição da República, bem como na **Lei 12.527/2011** vem requerer o acesso (e eventualmente cópia), em até 20 dias corridos (artigo 11, parágrafo 1º da Lei 12.527/11), aos seguintes dados:

23 APÓLICES AO PORTADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O PLANO DE OBRAS E MELHORAMENTOS REFERENTE A EMPRÉSTIMO AUTORIZADO PELA LEI Nº 1229 DE 04 DE JULHO DE 1951 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 05 DE JULHO DE 1951 COM AS SEGUINTE NUMERAÇÕES:

15983	24942	27420	30516	30764
15984	24943	27421	30517	30765
15988	24944	27422	30518	33791
24940	24945	27423	30519	xxxxx
24941	24946	30510	30520	xxxxx

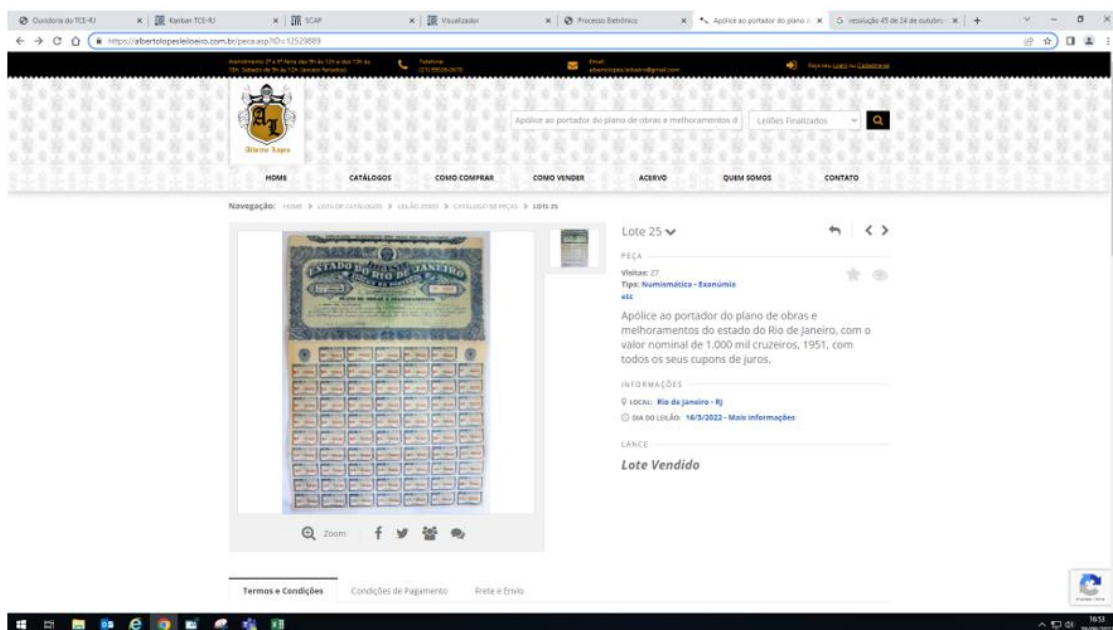
O pedido de acesso à informação foi submetido ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução nº 275/13, tendo sido apresentadas a seguinte resposta:

“A fim de atender à solicitação em tela, procedemos à pesquisa em nosso banco de dados a partir dos critérios informados na inicial, quais sejam: “APÓLICES AO PORTADOR”, “PLANO DE OBRAS E MELHORAMENTOS”;

“LEI 1229”, não tendo encontrado nenhum registro sobre a respectiva matéria.

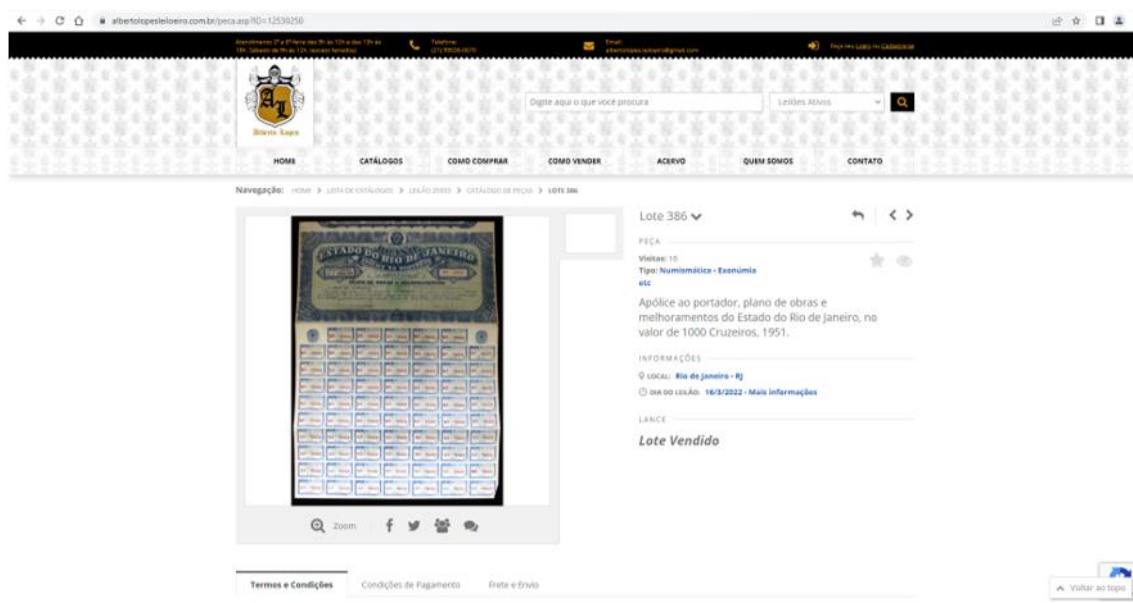
Em busca realizada no navegador GOOGLE CHROME, identificamos registros particulares com dados semelhantes aos critérios de busca supracitados, conforme abaixo colacionados:

<https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=12529889>



<https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=125302>

50



Ao examinar os documentos identificados na *internet*, verificamos apresentar características semelhantes aos denominados títulos do Tesouro Direto, oferecidos pelo Governo Federal objetivando democratizar o acesso aos títulos públicos como forma alternativa de investimento e obtendo, em contrapartida, recursos para financiamento de ações na administração pública.

Analogamente e em tese, as apólices de seguro inquiridas através do presente teriam sido emitidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em razão do plano de obras e melhoramentos com base na Lei nº 1229, de 04/07/1951.

Considerando o histórico desta Casa de Contas, conforme informado no portal TCE-RJ

(<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/historico>), na época da emissão das referidas apólices, o atual Estado do Rio de Janeiro constituía a capital federativa do Brasil denominada Distrito Federal.

Nesse diapasão, entendemos ser pertinente a busca de informações junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>; link para Ouvidoria: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2351:3:0::::P_NO_INS_TANCIA,P_SN_BARRA_BRASIL:OUVIDORIA,S) ou à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ (http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos?_afLoop=83641943578090745&_afWindowMode=0&_afWindowId=null&_adf.ctrl-state=rf3juqf21_40; *link* para Ouvidoria: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos?_afLoop=83642012726876010&datasource=UCMServer%23dDocName%3AOUV_INDEX&_adf.ctrl-state=rf3juqf21_162), órgãos fazendários responsáveis pela normatização e gestão dos tesouros federal e estadual, respectivamente, assim podendo ser associada a emissão de títulos públicos.”

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://www.tcerj.tc.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na *internet*, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria – TCE-RJ